



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

**Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª**  
**Orçamento do Estado para 2024**

**PROPOSTA DE ADITAMENTO**

**Artigo 123.º-G**

**Relatório do estado das águas subterrâneas**

Até ao final de 2024, o governo elabora um relatório do estado das águas subterrâneas em Portugal, sistematizando informação referente aos vários sistemas de aquífero, incluindo a situação em 2022-2023, bem como evolução a quantitativa e qualitativa ao longo da última década, quando possível desagregando a informação por região (NUTSII), identificando riscos face a tendências relacionadas com as alterações climáticas, entre outros aspetos, constituindo um documento de referência para apoiar a discussão pública e a tomada de decisão.

Assembleia da República, 13 de novembro de 2023

Os Deputados,

Joaquim Miranda Sarmiento  
Hugo Patrício Oliveira  
Hugo Carneiro  
Bruno Coimbra  
Duarte Pacheco  
Hugo Martins de Carvalho  
Alexandre Simões

**Nota justificativa:**

A situação de seca prolongada e a redução da precipitação condiciona a recarga dos aquíferos e diminui a disponibilidade de águas subterrâneas que, por outro lado, sofrem maiores pressões pelo aumento do consumo, seja para usos urbanos, industriais ou agrícolas.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Se no caso das albufeiras é possível observar diretamente a redução dos caudais e haver uma maior sensibilização para a tomada de medidas de gestão, no caso das águas subterrâneas, e por não serem tão evidentes os impactos da seca e dos excessos de consumo, acaba por haver uma desvalorização da sua importância e uma consequente falta de proteção.

Por outro lado, ao longo dos anos, foram-se acumulando problemas relacionados com contaminações por nitratos, intrusão salina ou até deficits de monitorização destas massas de água, só para referir alguns problemas.

Em 2020, 69,41% do volume de água colocado na rede para abastecimento provinha de origens superficiais e cerca de 30% tinha origem em águas subterrâneas (RASARP 2021). No último ano registou-se um ligeiro acréscimo nas captações de água subterrânea nos sistemas em alta. Nos sistemas dos serviços em baixa, observou-se um acréscimo assinalável no número de captações subterrâneas e um ligeiro decréscimo nas captações superficiais. Há, no conjunto, uma tendência de crescimento nas captações subterrâneas para abastecimento público de água.

Apesar de o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), colocado em consulta pública entre março e maio de 2022, considerar as águas subterrâneas como um recurso relevante, continua a faltar um diagnóstico e uma visão mais ampla sobre a sua utilização.

Sendo a água um recurso fundamental e perante as tendências associadas às alterações climáticas, que apontam para uma redução da precipitação e para a intensificação das situações de seca, é necessário acautelar também a salvaguarda das águas subterrâneas. Neste âmbito é necessário ter um diagnóstico atualizado do estado destas massas de água e reforçar a sua monitorização no âmbito do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, alargando a abrangência da rede piezométrica e melhorando os instrumentos de gestão e visualização de dados, de modo a melhorar o apoio ao planeamento e à decisão.